

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

22.06.2020

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu vou começar a chamar os deputados pelo nome; todos se apresentem para a gente constatar o quórum: deputada Valeria Bolsonaro; Professora Bebel, esta Presidência, presente; Roberto Engler; Mauro Bragato; Dirceu Dalben – deputado Dirceu Dalben? Ele tinha entrado.

A SRA. - Ele está logado, mas...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está logado?

A SRA. - Está!

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pelo Regimento, constata a...

A SRA. - Presença.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presença.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom dia, deputada Leci.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Bom dia, presidente. Deus abençoe e proteja a senhora e todos os nossos companheiros da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Amém, obrigada, e a senhora também, deputada. Gilmaci Santos, deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Estou aqui, bom dia.

Verba Editorial Ltda.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom dia, deputado. Deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Bom dia, deputada.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom dia, deputado. Deputado Bruno Ganem; deputado Professor Kenny; deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente, bom dia.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Presente, deputada.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Presente – é que eu tenho que fazer a chamada porque tem que constar que nós estamos presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião extraordinária da 2ª Sessão Legislativa do 1º Biênio da 19ª Legislatura. Solicito ao senhor secretário a leitura da Ata da última reunião. Tem algum deputado ou deputada que dispensa a leitura da Ata?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, deputada.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Dispensa da leitura da Ata anterior.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão; fica aprovada a Ata da 1ª Reunião Extraordinária virtual desta Comissão permanente. Acabou de entrar a deputada Valeria Bolsonaro; deputada Valeria? Deputada Valeria?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Bom dia.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom dia, deputada. Já constatamos as presenças, agora nós vamos para a apreciação dos projetos, das proposições. Nós temos do item 1 até o item 6 da pauta com proposições; depois nós temos, do item 7 até o 13, as pautas para deliberação conclusiva; também para deliberação, os requerimentos.

Item 1: Projeto de lei nº 544, de 2019, de autoria do deputado Gil Diniz; inclui no calendário oficial do Estado o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Relator: deputado Professor Kenny. Voto: Ciência do vencedor. Ele não é autorizativo, ele institui calendário, e a tramitação da CCJ foi favorável. Eu já trouxe a informação para nós não ficarmos mais com aquela dúvida. Em discussão; em votação.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente. Me parece que é apenas a ciência do voto vencedor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Sim, é só para ciência, tem razão, Daniel. Então está ciente. Item 2: Projeto de lei nº 591, de 2019, da deputada Leticia Aguiar; torna obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, na formação inicial continuada do Magistério. O relator foi o deputado Carlos Giannazi, que deu parecer favorável. Não é autorizativo, porque propõe inserir a Libras na formação de professores, e a CCJ também proferiu o voto favorável. Em discussão.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Ah, não está em votação ainda, não é?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, não; não está em votação. Eu pus em discussão, deputado Gilmaci; o senhor quer discutir? Não?

Verba Editorial Ltda.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Muito rapidamente, eu só gostaria de salientar, nesse ponto que a senhora acabou de mencionar, que projeto não é autorizativo, ele insere o ensino de Libras nos cursos de Magistério. A legislação federal já prevê isso, então parece uma redundância; além disso, é mais um projeto inconstitucional que chegou aqui na Comissão de Educação e Cultura, mais um projeto inconstitucional que passou pela CCJ, chegou até aqui e que, mesmo se passar por aqui, for ao Plenário, for votado e aprovado, vai ser vetado pelo Governo do Estado.

Então, gostaria de deixar isso claro, apesar de que no mérito eu acho importante, de fato, que exista nos cursos de Magistério o ensino de Libras, só para deixar claro, porque esse vai ser um dos casos em que eu vou votar contrário ao projeto, mas que no mérito me parece um projeto interessante. Infelizmente, redundante e também inconstitucional.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputada Leci Brandão; com a palavra.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Obrigada. Respeitando a opinião do nobre deputado Daniel José, ele sabe que eu gosto muito dele, eu queria apenas fazer uma observação, uma observação, inclusive, política: é um projeto da deputada Leticia Aguiar, e o relator foi o deputado Carlos Giannazi; veja bem o que eu sempre explico aqui, a questão da política como é, não é? Uma deputada e um deputado de caminhos políticos diferentes, mas isso aí não interferiu para que o deputado Carlos Giannazi desse parecer favorável ao projeto da deputada Leticia Aguiar, que é um bom projeto, um projeto importante; a gente conhece inclusive a caminhada da deputada Leticia, ela sempre trata desses assuntos, desse segmento. Então ela cria esse projeto, e o deputado Carlo Giannazi, que é do PSOL, deu parecer favorável. É apenas uma observação. Muito obrigada.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado Gilmaci.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, presidente. Só para também constatar, e concordar aqui com o deputado Daniel José, que mais um projeto inconstitucional está passando aqui pela Comissão de Educação e Cultura. Dizer que na CCJ eu votei contrário, porque todos os projetos que chegam lá e a gente entende que são inconstitucionais nós votamos contrário, mas infelizmente fomos voto vencido na CCJ. Entendo que realmente o mérito é louvável, o mérito é maravilhoso, mas a gente sabe que é inconstitucional. Nós estamos aqui fazendo algo que não vai influir e, como dizem por aí, é só para inglês ver, porque o nosso governador – não é nem porque ele é uma pessoa ruim – é obrigado a vetar um projeto desses.

É até chato, ruim para nós nas comissões, na CCJ e agora também aqui na Educação e Cultura, aprovar um projeto desses. Então, só para deixar claro, no mérito somos favoráveis, sim, mas não temos condição, como deputados que somos aqui da maior Assembleia do País, da América Latina, de aprovar, em uma Comissão de Educação e Cultura, um projeto desses. Embora entenda também a forma louvável com que foi feito – como disse a deputada Leci Brandão, o projeto é uma iniciativa de uma deputada do PSL, e o relator é um deputado do PSOL, dois extremos aqui –, é louvável, mas inconstitucional. Obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu gostaria de fazer o uso da palavra, meus pares também, e dizer sobre essa discussão da educação; há um tempo tanta coisa era inconstitucional, não é, Giannazi? A gente debatia, e tudo era inconstitucional. Eu acredito que é importante passar, porque isso pelo menos chama a atenção para a necessidade de ter esse conhecimento. Cada dia mais tem sido requerido nas escolas públicas do estado de São Paulo que os professores também dominem a Libras, que é uma língua para poder acolher exatamente os alunos, para que não fiquem excluídos; e vejam bem, digamos que uma universidade, de per si, resolva implantar, constitucional ou não, ela implantará. Então, quer dizer, é algo que eu acho que seria um bom sinal desta Comissão aprovar, até por ter sensibilidade; entendi que o deputado Giannazi não só acatou o que a CCJ fez, que foi aprovar e ser favorável, mas, mais que

isso, ele induziu a sensibilidade de nós entendermos que deve haver formação em Libras para os professores da Educação Básica. Eles têm que ter formação de Libras também, para poder conversar com os alunos, senão eles ficam excluídos nas salas de aula, essa é a questão, é uma política de inclusão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente. Só porque eu fui mencionado no ponto, quero fazer uma observação bem rápida – muito rápida, mesmo. Não quero me alongar demais, porque eu entendi vários dos pontos mencionados, inclusive eu admiro bastante o fato de ter sido um projeto elaborado por um parlamentar de um viés político e de ter tido um relatório favorável pelo deputado Giannazi, que tem um viés político diferente da autora; é muito interessante e mostra que, por mais que existam diferenças entre as pessoas, vários de nós buscam trabalhar de forma construtiva.

Só ressaltar e parabenizar o trabalho do deputado Gilmaci na Comissão de Constituição e Justiça, porque é muito importante que esse filtro técnico de constitucionalidade seja bem feito na CCJ para não ocupar muito do nosso tempo, seja aqui na Comissão de Educação, ou no Plenário, ou votando projetos que, no final das contas vão obrigatoriamente ser vetados. Então mais uma vez quero reforçar o ponto que o deputado Gilmaci levantou: é um projeto, entre aspas, para inglês ver, porque, se aprovado, o governador vai ter que vetar.

Deixar também registrado aqui que essa intencionalidade de que exista curso de formação de educação especial dentro da carga horária dos cursos de Magistério já é prevista por lei federal; na lei nº 10.436/2002, o artigo 4º já prevê esse tipo de conteúdo na formação dos professores, que, como a deputada Professora Bebel disse, é muito importante na formação dos professores voltados para a inclusão. Eu reconheço que é muito meritório e que é muito importante que exista essa formação dentro do curso de Magistério, mas já é previsto em lei federal, portanto, é um projeto inócuo, além do fato da inconstitucionalidade flagrante do projeto. Obrigado, presidente.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, presidente; pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Olha, primeiro eu queria dizer que existem deputados na Assembleia Legislativa que têm uma visão muito positivista, muito tecnicista, eu diria que muito estreita da legislação, do que é constitucional ou deixa de ser; tem que tomar muito cuidado com isso. Em segundo lugar, a nossa Comissão de Educação não discute a questão da constitucionalidade, a nossa Comissão é de mérito, então eu acho estranho que alguns deputados coloquem essa questão o tempo todo, “é inconstitucional, é inconstitucional”, se o projeto foi aprovado na comissão. A principal comissão da Assembleia Legislativa é a CCJ, porque o projeto só prossegue para as outras comissões se ele for aprovado nessa comissão; se ele chegou à Comissão de Educação, ele teve aprovação, logo ele é um projeto constitucional, nós não vamos debater isso. É um projeto importante no mérito em que nós estamos discutindo.

Agora, deputado Daniel José, o projeto, mesmo quando ele é vetado pelo governador, a Assembleia pode derrubar o veto do projeto; eu mesmo já tive vários projetos vetados por conta dessa questão da inconstitucionalidade, vício de iniciativa, mas nós derrubamos o veto, e o projeto virou lei. Até hoje eu tenho várias leis aprovadas – várias não, algumas poucas, porque é difícil aprovar uma lei na Assembleia Legislativa, normalmente elas são vetadas, até mesmo os deputados do Governo têm esses vetos. A Assembleia pode derrubar vetos, há leis nesse sentido, que foram promulgadas pela Assembleia Legislativa e são leis, hoje, consolidadas no ordenamento jurídico do estado de São Paulo.

Também tem que se ver o seguinte: muitas vezes, a mesma Comissão de Constituição e Justiça aprova projetos inconstitucionais que são aprovados pela Assembleia Legislativa e ninguém questiona, principalmente projetos do Governo, e depois nós derrubamos no Supremo Tribunal Federal. Eu tenho um exemplo aqui claro: a extinção da Carteira Previdenciária dos advogados e dos cartorários do Ipesp foi um caso em que o Governo apresentou um projeto inconstitucional, que foi aprovado pela Assembleia Legislativa – passou por todas as comissões, mas era inconstitucional –, mas quando a gente derruba o veto, vira lei. O mesmo acontece em alguns casos em que o governador sanciona um projeto que tinha vício de iniciativa, e quando ele sanciona, na verdade, anula-se o vício de iniciativa. Então é um debate mais amplo esse da constitucionalidade.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Muito bom. Pois não, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Eu só queria pedir aos nossos companheiros, porque é o seguinte: confesso que não devo estar ciente de toda a Constituição, mas a questão do mérito, para mim, foi fundamental. Queria também, apenas para encerrar, dizer que tem tanta coisa inconstitucional acontecendo neste País, e ninguém fala absolutamente nada, entendeu? Então, se for falar de inconstitucionalidade, o Brasil está sendo campeão neste momento. Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada, deputada Leci Brandão. Pergunto se mais algum deputado ou deputada quer fazer uso da palavra; não? Em votação: como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Voto a favor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu, Professora Bebel, nesta Presidência, também voto a favor. Deputado Roberto Engler não está; eu vou só ler os que estão: como vota o deputado Dirceu Dalben? Ah, ele não entrou. Como vota o deputado Gilmaci Santos?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sra. Presidente, mantendo a minha coerência, como votei não na Comissão de Constituição e Justiça, voto não também agora.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o deputado Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Presidente, eu voto não para esse projeto, e só gostaria de registrar que, para o voto ser computado, me parece que o vídeo do deputado precisa estar ligado, então, talvez o voto deputada Valeria Bolsonaro precise ser refeito.

Verba Editorial Ltda.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputada Valeria? Eu volto lá depois. Como vota o deputado Carlos Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota a deputada Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu voto agora, deputada Valeria; a senhora liga, por favor, a câmara para que nós possamos visualizá-la? Porque o voto só é computado...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu estou com um problema na internet aqui e não está abrindo a câmara; já apertei várias vezes e não está abrindo. Eu vou sair e vou entrar de novo para ver se ela abre, está bem?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá, então eu vou voltar, porque o deputado Dirceu Dalben pediu para entrar, e eu deixei, ele entrou agora. Deputado Dirceu Dalben? Deputado Dirceu Dalben?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Eu demorei para acessar porque estou com um problema de internet aqui. Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tudo bem, deputado. O senhor acompanhou a discussão, a ouviu, e nós já estamos em votação. Como o senhor vota nesse projeto que torna obrigatório o ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), na formação inicial e continuada? É de autoria da deputada Leticia Aguiar, o relator foi o deputado Carlos Giannazi, que foi favorável, e não é autorizativo. Como V. Exa. vota?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Favorável, acompanho o relator.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Acompanha o relator, favorável. Com mais este voto agora... Deputada Valeria, já... Obrigada, deputado Dirceu Dalben. Olha, também o deputado Roberto Engler entrou. Deputada Valeria? De qualquer maneira, nós temos votos aqui; nós temos quatro votos a favor, e dois contrários ao projeto. Computei desta forma, porque eu não posso computar – bem lembrado, me ajudando aí o Daniel José – o voto da deputada Valeria Bolsonaro, pois não está aparecendo na tela. Tudo bem? Vamos para o outro ponto?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ah, deputado Roberto Engler.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Exatamente para dizer que agora eu consegui vencer o computador e fazer a ligação. Um abraço e bom dia para todos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom dia, deputado; eu estou passando para o item 2 da pauta, está bem? Três, aliás, item 3. Vamos lá: Projeto de lei nº 621, de 2019, de autoria do deputado Paulo Fiorilo; autoriza o poder Executivo a incluir carne de peixe e seus derivados no cardápio da alimentação escolar da rede pública estadual de ensino. O relator foi o deputado Professor Kenny, que foi favorável. Então, é um projeto autorizativo, e a CCJ também deu voto favorável. Em discussão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Só para registrar o meu posicionamento sobre esse projeto, que, apesar de constitucional – uma vez que ele é autorizativo –, me parece uma intervenção desnecessária do poder Legislativo em uma atividade do poder Executivo. Não acredito que seja responsabilidade de um deputado definir o que vai ou o que não vai ter no cardápio escolar; eu acredito que isso seja, na verdade, uma função de nutricionistas, de pessoas técnicas e preparadas nesse assunto.

Obviamente, é importante que os alunos do estado de São Paulo tenham uma alimentação rica em proteínas, isso é sempre uma coisa muito importante, mas não me parece, mais uma vez, papel de um deputado estadual definir o cardápio dos alunos do estado de São Paulo. Então, só para registrar esse ponto e deixar bem clara a justificativa do meu posicionamento contrário a esse projeto. Obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero fazer uso da palavra, quero me posicionar, até porque eu faço uma defesa incondicional em relação à merenda. A merenda, hoje, para as crianças que são vulneráveis, que passam fome, é a principal refeição que esses meninos têm na escola. Então eu defendo, deputado, porque, se for pensar no que um deputado pode fazer e no que ele não pode fazer, a gente fica limitado. Eu acho que nós estamos em uma Casa do povo, e, se acatado for, transformamos em lei, então a gente não discute se é papel do deputado ou não; é papel do deputado, até porque eu mesma tenho um projeto, na globalidade, de merenda que trata, por exemplo, da merenda também com caráter educativo, ter hortas, enfim, trabalhar articuladamente com ciência, com biologia.

Tem um pouco dessa questão de que, para a gente ser humano a gente tem que comer, essa é que é a questão, e não dá para conviver em um ambiente em que a merenda tem sido seca, Deputado Roberto Engler, isso não pode fazer bem para o jovem; é muito mais interessante que ele como uma bacia de alface, do que comer aquelas bolachas secas, que talvez custe mais do que se o menino ajudar a plantar, regar e dar valor para aquilo que ele come, como a gente fez já no passado, e davam certo essas hortas escolares. Então eu tenho esse Projeto de lei, que deve vir também para a nossa comissão, deputado Daniel, e eu gostaria que o senhor entendesse que é nosso papel também pensar na boa alimentação dos estudantes, que têm necessidade de ter pelo menos uma boa refeição, para poder desenvolver melhor os estudos. Então é isso; pergunto se algum deputado ou deputada...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu queria só fazer uma consideração em relação a esse tema, porque nós temos também outras propostas de alimentação saudável

Verba Editorial Ltda.

nas escolas, na merenda escolar, como, por exemplo, a oferta de alimentação integral, sem agrotóxico e até vegetariana também, que é importante – vegana e vegetariana –, pois nós temos que aperfeiçoar cada vez mais a oferta da merenda escolar.

Então eu queria fazer essa consideração, pois existem outras propostas na Assembleia Legislativa, outros debates, e é função, sim, da Alesp, dos deputados e deputadas, apresentar propostas nesse sentido, através de indicações e de projetos de lei também. Às vezes o Projeto de lei, por mais polêmico que ele seja, ele gera um grande debate na sociedade e ajuda a pressionar o Executivo a aperfeiçoar, no caso, a merenda escolar saudável, mais nutritiva, sem agrotóxico, vegetariana e vegana.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado Daniel José – eu ia falar Gil Diniz; não comporta, não é?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não; a gente é um pouquinho diferente. Só para deixar bastante claro, mais uma vez, que eu me preocupo bastante com esse tema, eu acredito que é muito importante, justamente porque mais de 700 mil dos 3,5 (ininteligível) do estado de São Paulo, das escolas públicas, estão em situação de vulnerabilidade, e a refeição que eles têm no ambiente escolar é a única refeição que eles têm ao longo do dia, então é muito importante que essas merendas sejam muito boas, sejam, enfim, de altíssima qualidade. No entanto, nós, deputados estaduais, também temos outras ferramentas que podemos usar, dentro das nossas responsabilidades, para garantir que a alimentação tenha maior qualidade.

De um lado, é importante ter o debate, porém, vai aumentando a necessidade do debate sobre esse tema, e mais uma vez eu reforço que eu não acredito que é papel de um deputado definir exatamente o que vai ter e o que não vai ter na merenda escolar, mas a gente tem uma responsabilidade muito grande de fiscalizar o poder Executivo e, nessa fiscalização, garantir que o serviço prestado aos alunos seja de alta qualidade. Obviamente, o estado de São Paulo enfrenta vários problemas nesse sentido, e a gente tem que buscar cobrar o poder Executivo para que melhore; uma maneira de fazer isso, inclusive, é uma bandeira que nós do Partido Novo temos bastante clara, é a privatização.

As escolas públicas que eu pude visitar ao longo do ano passado e no início deste ano que privatizaram as suas merendas tiveram um nível de satisfação e qualidade muito

Verba Editorial Ltda.

superior, então me parece um caminho, um direcionamento, bastante importante se nós quisermos melhorar de fato a qualidade das merendas no estado de São Paulo – lembrando que só 10% das escolas do estado de São Paulo têm as suas merendas terceirizadas. Então fica registrado o meu posicionamento e reforçado aí o nosso papel tão importante de fiscalizar o poder Executivo para demandar uma boa qualidade dos serviços prestados. Obrigado.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado Roberto Engler, por favor.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Esse é um assunto, assim, antigo aqui na nossa Comissão, os chamados projetos autorizativos. Na minha concepção, o projeto autorizativo e nada é a mesma coisa, quer dizer, já falei isso: você autoriza a pessoa a pular do vigésimo andar, ela está autorizada, se quiser pular, pula, mas está autorizada. Não significa nada! O projeto autorizativo chega lá: “Olha, alguém está me autorizando a fazer isso, mas eu não quero fazer”, e então não faz. Na realidade, como é que eu poderia acabar com isso? Acabar com os projetos autorizativos e transformá-los em simples indicações; isso é uma sugestão: “Indico à Secretaria de Educação que coloque a carne de peixe na merenda”, é uma indicação, só uma indicação.

Quando se veste como projeto de lei, dá-se uma importância falsa àquela propositura. Isso é apenas uma indicação, e, com todo o respeito ao deputado Daniel, a indicação cabe ao deputado, ele pode fazer a hora que quiser, isso faz parte do nosso papel; o que está errado é transformar indicação em projeto autorizativo. De qualquer maneira, o projeto é válido e o assunto também. Sem dúvida o deputado Carlos Giannazi fez isso com muita propriedade, então não há dúvida sobre tudo isso, só a vestimenta como Projeto de lei autorizativo é que bagunça um pouco a nossa cabeça. Obrigado, presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, deputada Bebel...
Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Deputado Engler, só para dialogar um pouco com V. Exa., eu respeito a sua posição, uma posição já conhecida por todos nós em relação ao projeto autorizativo, e eu também tenho críticas à própria falta de independência da Assembleia Legislativa, que é um puxadinho do Executivo; a Assembleia Legislativa não serve para nada nesse sentido. Agora, se tirar o projeto autorizativo, o que vai acontecer é que não vamos aprovar mais nada na Alesp, a Alesp, desaparece do mapa, porque ela não fiscaliza o poder Executivo, há muitos anos que ela é dominada pela Casa Civil, então qual vai ser a importância da Assembleia Legislativa?

Agora, o projeto autorizativo – por pior que seja, e eu também sou crítico dele – é o único instrumento que nós temos. Quando você aprova um Projeto de lei autorizativo e ele vira lei – por exemplo, você tem leis autorizativas –, você pode exigir do Poder Público; é uma forma de você pressionar o Poder Público a executar aquela lei, porque quando você não tem lei, muitas vezes o Executivo fala: “Mas não tem legislação ainda pertinente a isso”; quando você tem uma lei autorizativa, é uma forma de você pressionar, acionando a Defensoria, o Ministério Público Estadual. Tem algumas leis autorizativas que são cumpridas porque há mobilização, há pressão, e o Poder Público fica desmoralizado, porque ele já está autorizado a fazer, não faz porque não quer, mas já tem o aparato legal para o cumprimento daquele tipo de procedimento. Então, nesse sentido, o projeto autorizativo tem alguma relevância. Agora, indicação a gente já faz pelo “Diário Oficial”, não precisa aprovar em Comissão. Daí a gente vai perder tempo com isso.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Peço a palavra para lembrar o seguinte: semana passada nós aprovamos um “projeto” autorizativo, e a explicação dada pelo presidente Cauê Macris foi exatamente dizer o que? Que ele tem força de lei na medida em que pressiona o Executivo, isso foi dito para quem quisesse ouvir. Então eu acho que a gente tem que ter um pouco, com todo o respeito, eu gosto muito do deputado, ele sabe disso, e não por gosto, mas por respeito mesmo, por história, o deputado Roberto Engler tem sempre essa posição com relação aos autorizativos, mas é uma forma de nós expormos um pouco a ideia, o posicionamento, expor que tem coisas que também, não só o governo tem boas ideias, nós aqui do Legislativo temos um papel e temos proposituras, é isto também. E isso pode, sim, virar uma grande corrente para se

Verba Editorial Ltda.

transformar, às vezes, até em um projeto, por que não? Que não seja só autorizativo. Mais alguém quer fazer uso...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Professora Bebel, já que eu fui citado, eu concordo com os argumentos da senhora e do deputado Carlos Giannazi, quer dizer, é uma maneira do deputado mostrar serviço, mas todo mundo já me entendeu: isso e nada é a mesma coisa, você estar autorizado a fazer alguma coisa não quer dizer nada. Agora, realmente é um sinal que se dá para a sociedade. Eu estou preocupado com esse assunto, embora não me diga respeito, e não me diz respeito por causa da Constituição; se você quiser mudar a Constituição, tudo bem, deputado Giannazi, mas ela não permite que você legisle sobre um assunto dessa natureza, mas eu respeito a opinião de ambos e podemos continuar.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada, deputado, muito obrigada. Bom, mas alguém quer fazer uso da palavra?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presidente, só uma questão de ordem para Vossa Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Questão de ordem, pois não deputado.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Vossa Excelência me respondeu, na última reunião que nós fizemos, que cada deputado pode se inscrever para discutir o projeto somente uma vez; isso não está acontecendo, os deputados estão se inscrevendo duas ou três vezes e discutindo o mesmo projeto, presidente. Então eu gostaria que a senhora pudesse fazer valer o nosso Regimento para que a gente possa continuar e dar um andamento, uma continuidade a nossa reunião. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado, eu vou falar o que eu tive... Eu fui conversar com o senhor depois, lembra-se disso? A Assembleia, a secretaria da Assembleia, disse que os deputados, naquele assunto, podem

Verba Editorial Ltda.

se inscrever, entendeu? Então é isso, agora, vamos ter entre nós então o entendimento de que se o assunto se esgota, não adianta ficar se repetindo.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Eu gostaria que a secretaria passasse para V. Exa., nesse momento, o artigo que fala sobre isso, e que a senhora pudesse passar para esta Comissão para ficar claro, porque na última reunião a senhora deliberou que seria apenas uma vez, e agora está tendo outro entendimento. Então eu gostaria que a secretaria da Comissão pudesse nos enviar o artigo que trata desse assunto.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está bom, deputado; eu encaminho aí para a secretaria para que me torne claro isso, porque eu fui advertida, embora não devesse, porque se há um acordo entre nós, é um acordo entre nós, acho isso. Não pode passar de dez minutos, mas em todo caso a gente aguarda, viu, deputado? O que a secretaria dirá para nós. Bom, em votação – tem mais algum deputado ou deputada que quer fazer uso da palavra? Não? Em votação: como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Voto não.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não. Eu, Professora Bebel, voto sim. Como vota o deputado Roberto Engler? Deputado Roberto Engler?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pronto. Estou apanhando um pouquinho do computador aqui ainda. Eu voto sim, professora.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o deputado Dirceu Dalben? Não é só o senhor que apanha, eu também. Deputado Dirceu Dalben? Como vota o deputado Dirceu Dalben?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Voto sim, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É que tem...
Ah, apareceu a carinha do senhor, obrigada. Como vota o deputado Gilmaci Santos?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Voto sim, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o
deputado Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Voto não, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como o
deputado Carlos Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Voto sim.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota a
deputada Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Voto sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por seis a dois,
o projeto foi aprovado. Item 4 da pauta.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não,
deputado.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Eu não acompanhei o início da reunião, por
problemas de comunicação, e queria saber se houve pedido de vista de itens e quais foram,
se possível.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Olha, o senhor ainda tem tempo de pedir vista, dos que já foram votados, não, mas dos demais pode pedir. Não tem nenhum pedido de vista, Sr. Deputado.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Eu gostaria de pedir vista de dois itens.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Quais?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Os itens 6 e 16.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Seis e 16, vamos lá. Está anotado, deputado.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Muito obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então vamos lá, item 4 da pauta: Projeto de lei nº 650, de 2019, da deputada Dr. Damaris Moura; inclui os conteúdos do programa Lions Quest no currículo das escolas da rede estadual. O relator, deputado Bruno Ganem, deu voto favorável; ele não é autorizativo, ficam incluídos os conteúdos, e a CCJ foi favorável. Está em discussão.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu só queria um esclarecimento: que conteúdos são esses?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Também não tenho aqui os pormenores.

Verba Editorial Ltda.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Alguém sabe o conteúdo citado na proposta?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por que vocês não pedem vista?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Pede vista.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pede vista e aí o senhor vê, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tá, então eu peço vista.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ok.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente. Eu peço vista conjunta nesse projeto, também quero dar uma olhada nele.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Também, beleza; deputado Daniel José e deputado Carlos Giannazi pediram vista desse projeto – do Projeto de lei nº 650, de 2019. Projeto de lei nº 853, de 2019, da deputada Leticia Aguiar e do deputado Delegado Bruno Lima; institui o Projeto Amicão – é “amicão” mesmo? Não era para ser “amigão”? Acho que é de animais, não é? O relator, deputado Bruno Ganem, foi favorável. Institui o Projeto Amicão: aulas de proteção aos animais, com a presença de animais de estimação em sala de aula, evidentemente vacinados, entre outras opções de ações nas escolas. Ele não é autorizativo, tá? Então, em discussão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Só uma argumentação, também para me posicionar sobre esse projeto: mais uma vez não é um projeto autorizativo, então ele sofre

Verba Editorial Ltda.

daqueles problemas que foram mencionados anteriormente de constitucionalidade. Ele só é autorizativo no artigo 2º do projeto, que autoriza a inclusão de disciplina ligada ao trato dos animais na grade escolar. Fora isso, ele tem uma série de comandos inconstitucionais e que, no meu ponto de vista, já complicam ainda mais a complexidade – “complica mais a complexidade” é difícil –, deixa ainda mais complexa a administração escolar, uma vez que a escola passa a ser responsável pela existência de animais dentro das escolas, pelo seu cuidado e por aí vai.

Eu entendo que hoje a gente tem uma situação em que as escolas públicas do estado de São Paulo já são bastante precárias em suas estruturas; além de serem precárias em suas estruturas, elas também já sofrem para fazer atividades básicas, como por exemplo o ensino de matemática e português. Então me parece que, talvez, o desenho da forma como o projeto está apresentado não seja o ideal, justamente porque, como eu já bem disse, inclui ou acrescenta uma série de responsabilidades de cuidado a esses animais, colocando essa responsabilidade nas mãos da Secretaria de Educação e da direção escolar. Então, além do fato de ser inconstitucional, eu também gostaria de dizer que esses pontos são suficientes no mérito, para mim, para votar contra esse projeto, apesar de entender que é importante para a sociedade. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu acho esse projeto muito importante, e por ser importante, até para entender melhor, eu vou pedir vista, não para atrapalhar, mas porque eu quero exatamente ter a clareza se é isso que o deputado Daniel José disse – não por desconfiar, deputado, mas tem coisas que a gente tem que entender. Então eu tenho total “favorabilidade”, mas quero ver de que forma esses animais vão para as salas de aulas, enfim, essas coisas que são pormenores que precisam ser vistos, e conforme for, eu converso até com os relatores. Então estou pedindo vista, o.k.?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Perfeito. Pela ordem, presidente. Eu também gostaria de pedir vista, pela oportunidade, do item 14, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado Roberto Engler, ok. Bom, mais alguém? Não?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu gostaria de... Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pode falar, deputado.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu gostaria de sugerir que nós votássemos em conjunto os itens de 7 a 12, que são as nomeações de escolas e criação de dias festivos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu só posso fazer isso lendo item por item e se houver o acordo coletivo, senão não posso. Beleza? Então vamos lá.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu pedi do item 7 ao 12 porque o 13 é o único para o qual eu vou ter um voto diferente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por isso mesmo já tem uma dissonância e a gente já tem um destaque. Eu vou ler todos os pontos, e aí a gente pode, em acordo com todos os deputados, votar coletivamente – se ninguém tem posicionamento contrário. Item 7 da pauta: Projeto de lei nº 732, de 2016, do deputado Rogério Nogueira; conclusiva; institui o Dia do Capitalismo Humanista; a relatora foi a deputada Leci Brandão; ciência do vencedor.

Item 8 da pauta: Projeto de lei nº 639, de 2019, do deputado Ricardo Madalena; conclusiva; denomina “Professor Lourival Vieira da Silva” a Escola Estadual Recanto dos Pássaros, em Ourinhos; deputado Mauro Bragato, favorável conclusivamente.

Item 9 da pauta: Projeto de lei nº 677, de 2019, do deputado Campos Machado; conclusivo; institui o Dia da Dança de Salão; deputada Leci Brandão, favorável conclusivamente.

Item 10 da pauta: Projeto de lei nº 841, de 2019, do deputado Castelo Branco; conclusivo; institui o Dia Estadual do Museu; deputado Professor Kennedy, favorável conclusivamente.

Item 11: Projeto de lei nº 864, de 2019, da deputada Monica da Bancada Ativista; conclusiva; institui no Calendário Oficial do Estado o Mês de Agosto Indígena; deputado Mauro Bragato favorável ao projeto e a emenda apresentada pela CCJR conclusivamente.

Item 12: Projeto de lei nº 960, de 2019, do deputado Tenente Nascimento; conclusiva; institui o Dia da Assembleia de Deus Ministério no Ipiranga; deputado Gilmaci Santos foi relator, favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR.

Aqui estão, do item 7 até o item 12, os projetos de lei conclusivos. Eu pergunto se algum deputado tem divergência em termos uma posição em bloco. Pode falar deputado. (Fala fora do microfone.)

Chamando a atenção: só pode ser em bloco os itens 8, 9 e 10. Deputado Giannazi, com a palavra; está sem som, deputado.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Me parece um problema técnico do deputado, do seu computador.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É. Não, não estou ouvindo. Não é que eu estou... A gente faz assim e dá a impressão... Mas não é problema na Alesp, porque eu estou falando.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Giannazi, você não está sendo ouvido.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu imagino que seja um problema aí em algum equipamento do computador, deputado.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não dá para ouvir. Giannazi?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Enquanto o deputado Giannazi...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Vamos só resolver essa questão, primeiro, regimental: nós só vamos poder votar em bloco, deputado Daniel José, os itens 8, 9 e 10, tá? Os itens 7, 12 e 13, conforme o senhor destacara, não podem ser em bloco. Então, eu acredito que a gente poderia começar já com a discussão

Verba Editorial Ltda.

do item 7 até que o Giannazi entre aí, então a gente pula o bloco e depois volta para o bloco, beleza?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente; não carece, porque o item 7 é só ciência do vencedor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É ciência só, esse já está...

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado Gilmaci.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Nós podemos votar sim, nós temos quórum suficiente para votar os outros, independente do Giannazi. Não há necessidade de esperarmos ele conectar para poder votar, presidente, desculpa. Nós temos quórum suficiente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então está bem, mas quem sabe ele poderia não concordar com o bloco.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Ah, mas nós temos quórum. Ele concordou, porque a senhora já leu os projetos, a senhora já leu todos os projetos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ah, ele entrou na sala! Espera aí, vamos ter um pouco de... Aí, entrou. A gente está na era digital...

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois é, presidente, mas nós temos quórum suficiente para votarmos nesse momento, independentemente do Carlos Giannazi.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tudo bem, eu vou acatar...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Aí, pronto.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu queria só manifestar a minha contrariedade no item nº 7, esse aí do capitalismo humanista.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É, mas ele já...

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Já fui contra.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Você vai votar contrário?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Contrário.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ele é ciência do vencedor.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Mas o que significa “ciência do vencedor”? Ele já foi aprovado?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Nós votamos, tivemos uma posição contrária e foi nomeado alguém para fazer o voto para ciência do vencedor – eu só pediria para a Comissão mandar para mim. Ele já foi rejeitado, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Ah, então está ótimo.

Verba Editorial Ltda.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Já foi, já foi.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Não, é que, como a gente foi relatora desse projeto, a gente votou contrário, certo? O meu voto foi contrário, tá?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Sim, ele já foi rejeitado, é isto o que eu estou dizendo para o deputado Giannazi e repito para a senhora, está bom? Obrigada, deputada Leci Brandão. Então, pergunto o seguinte: há acordo para que votemos em bloco os itens 8, 9 e 10? Eu já li os conteúdos. Tudo bem? Os deputados e deputadas que são favoráveis a que votemos em bloco... Aí eu vou ter que chamar, não tem jeito, porque “fique como estão” não dá: Deputada Valeria Bolsonaro, tem acordo?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Sou favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Favorável. Professora Bebel tem acordo; deputado Roberto Engler.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado Dirceu Dalben. Deputado Dirceu Dalben? Acho que caiu o link. Deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Favorável, Sra. Presidente, favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado Daniel José.

Verba Editorial Ltda.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Presidente, nós estamos votando para aglutinar?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, só esses três aqui que pode.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Presidente, está me ouvindo?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Estou.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Presidente, favorável o meu voto, computou?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É para votar consignado, não é o projeto; é para que os itens 8, 9 e 10 nós votemos em bloco, conforme encaminhamento do deputado Daniel José. Deputado Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Favorável. Então até o item 10, o.k. Agora nós vamos para o Projeto de lei nº 864, de 2019. A deputada Monica da Bancada Ativista é a autora...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente, só para deixar bem claro: o que a gente votou agora foi para votar em bloco, mas não era a votação já dos projetos, não é?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ainda não.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Ficou um pouco confuso aqui.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu não votei nessa votação. A presidente Bebel não me chamou para votar em bloco, mas eu manifesto o meu voto favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ok.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Só para deixar bem claro, eu sou favorável que se vote em bloco, mas contra o mérito dos projetos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, não, então você mudou o teor. Aqui, quando vota em bloco... Não, não pode fazer isso, Daniel. Quando você faz uma propositura você tem que...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não exatamente, mas presidente...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero que vote em bloco, mas eu não sou favorável? Aí não.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu não sou favorável a nenhum deles, pronto. Não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá, então nós não vamos na do senhor, nós vamos voltar e fazer um a um. Eu acho isso.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu não entendi a lógica da senhora, deputada.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - E eu não entendi a sua. Você não pode impor que a gente pense como você está pensando, não está certo.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO – Não, presidente, o meu intuito de fazer em bloco é justamente para dar praticidade, uma vez que eu vou ser contra todos os itens conclusivos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - (Ininteligível.) Já fez destaque lá no 13, no 13º, quando o senhor disse: “Eu não concordo”. Então o senhor também teria que ter dito que não concordava...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não, presidente, é que assim...

O SR. - Pela ordem, presidente.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente, só para deixar claro o meu posicionamento, o que eu estava pensando: eu pensei em colocar juntos os itens de 7 a 12, porque o meu, posicionamento em todos eles é igual e, geralmente, a única pessoa na Comissão que tem o voto diferente, sou eu. Então, como são itens conclusivos, a gente votaria todos juntos, todo mundo votaria a favor de todos os itens – provavelmente é o que aconteceria – e eu votaria contra todos os itens; assim a gente votaria seis itens diferentes, dando assim praticidade. Foi essa a minha intenção, não quis atrapalhar de maneira nenhuma. Obrigado.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Quem falou primeiro? Deputado Gilmaci e depois o Roberto Engler.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, presidente. Presidente e Srs. Deputados, eu entendi perfeitamente a lógica do deputado Daniel José e não vejo nenhuma dificuldade em relação a isso. Nós votamos em bloco, normal, e ele apenas quer manifestar o voto contrário dele a todos os projetos. Isso é normal, está dentro da normalidade, não há nada de errado em relação a isso; é perfeito, isso é feito naturalmente, então, concordamos. Eu acho que está perfeita a colocação de V. Exa., deputado Daniel José, e concordo, votamos em bloco e o senhor manifesta o voto contrário em todos. Não há nenhuma dificuldade em relação a isso, está tudo dentro do Regimento, perfeitamente em ordem. Obrigado.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado Roberto Engler.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Eu concordo com o que foi colocado pelo deputado Gilmaci, mas nós podemos sair disso, quer dizer, a votação é em qual? De que maneira? Ele é contrário e todos nós somos a favor, apesar de que isso é uma ilação, ele supôs isso. Eu acho que nesse caso, me desculpe Daniel, mas se você tem uma posição divergente da dos demais, não poderia ter proposto fazer a votação em bloco, tinha que ser um por um, está certo? Porque o seu voto é divergente, não acompanha os demais; no entanto, já foi feito, e a nossa presidente pode perfeitamente considerar o voto do Daniel José contrário a todos os projetos e o dos demais, favoráveis.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Aí sim, esse encaminhamento me ajuda, deputado. Aí eu acato, não que eu não acatasse o outro, mas aí me indica um caminho que é o seguinte: eu vou chamar, eu tenho que chamar, não tem jeito. Lá na Alesp é mais fácil, fiquem como estão, todo mundo fica e você conclui. Então chamo a deputada Valeria Bolsonaro, como vota deputada?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Agora quem está confusa sou eu; estou votando exatamente em quê?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A questão é a seguinte, eu estava entendendo que era a votação em bloco e por acordo. Como tem um voto divergente, que é o do deputado Daniel José, eu estou entendendo assim, se é bloco, é porque o bloco votou no sim. (Ininteligível.)

Sim, nós somos o lado sim, e ele destaca o não, é isso.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Tá, então aos projetos 8, 9 e 10, eu sou favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pronto, é isso. Obrigada, deputada. Eu, Professora Bebel, nesta Presidência, aos projetos 8, 9 e 10 sou favorável. Como vota, deputado Roberto Engler?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Aos projetos 8, 9 e 10 sou favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Dirceu Dalben?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Favorável aos itens citados, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Gilmaci Santos?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Favorável, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Aos itens 8, 9 e 10 eu voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Carlos Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputada Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada. Sete a um, não é? Bom, agora nós vamos para o item 12 da pauta. Projeto de lei nº 960, de 2019, do deputado Tenente Nascimento; conclusiva; institui o Dia da Assembleia de Deus Ministério no Ipiranga; deputado Gilmaci Santos foi favorável ao projeto e a emenda apresentada pela CCJR. Em discussão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente. O item 11, do calendário...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu pulei. Posso voltar depois, já que estou encaminhando esse?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Sim, sem problemas.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então tá, obrigada. Em votação: como vota a deputada Valeria Bolsonaro?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Professora Bebel, favorável. Roberto Engler, como vota?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Favorável, professora.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Dirceu Dalben?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Gilmaci Santos?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Favorável, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Voto contrário, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Carlos Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ok. Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, por quantos votos?

A SRA. - Sete a um.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Sete a um, favorável. Agora o item 11 da pauta: Projeto de lei nº 864, de 2019, da deputada Monica da Bancada Ativista; conclusiva; institui no Calendário Oficial do Estado o Mês de Agosto Indígena; deputado Mauro Bragato favorável ao projeto e a emenda apresentada pela CCJR conclusivamente. Em discussão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente. Só para, mais uma vez, deixar registrado o meu posicionamento (Ininteligível.) os projetos de instituição de dias festivos, homenagens, enfim, temas ligados ao calendário oficial e a denominação de escolas, meu voto é sempre contrário, por uma questão de que, eu busco passar essa mensagem, esses projetos não deveriam ser nem sequer necessitar de uma votação ou ocupar o tempo de uma discussão nesse espaço nosso aqui, que é para debater os temas que podem definir o destino dos alunos do estado de São Paulo, dos 3,5 milhões de alunos. Por isso, por ter uma orientação voltada para projetos que de fato podem impactar de maneira concreta a Educação e a Cultura do Estado, eu me posiciono contrário a esses projetos, e faço questão de passar essa mensagem. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu vou falar, mas eu quero falar, não por nada, mas eu acho que se tem um povo que é esquecido, que está sendo aí, frente ao ataque à Amazônia, enfim, naquela reunião ministerial do dia 22 abril, eu acho que ficou escancarado que os povos indígenas não têm nenhuma importância para um setor da sociedade e do Governo – o governo federal. Então eu quero dizer que é importante porque esses povos têm que ter a garantia da identidade deles, a

Verba Editorial Ltda.

defesa deles, sobretudo, e a defesa daquilo que é deles, a demarcação das terras indígenas. Portanto, eu acho importante manter esse calendário, até para ter mais ações que defendam a identidade de um povo, que estava aqui quando os portugueses vieram e que é dono desta terra. Por isso eu sou favorável, sim, à instituição do calendário. Mais alguém para debater? Não? Em votação: como vota, deputada Valeria Bolsonaro?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu, Professora Bebel, favorável. Como vota o deputado Roberto Engler?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o deputado Dirceu Dalben?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o deputado Gilmaci Santos?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o deputado Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu voto contrário, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota o deputado Carlos Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota a deputada Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Sete a um. Vamos, lá – eu estou falando “sete a um”, deputado, não para aplacar, é só porque tem que ficar registrado, viu? O Item 13 da pauta é a Moção nº 168, de 2019, de autoria do deputado Campos Machado; é uma emenda conclusiva; aplaude o Prof. Dr. Paulo Nathanael pela escolha de seu nome para receber o Prêmio Professor Emérito – 23º Troféu Guerreiro da Educação Ruy Mesquita, concedido pelo Centro de Integração Empresa-Escola em parceria com o jornal “O Estado de S. Paulo”. O relator foi o deputado Daniel José, favorável conclusivamente. Em discussão. Em votação: como vota, deputada Valeria Bolsonaro?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota a Professora Bebel: favorável. Como vota, deputado Roberto Engler?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Favorável, professora.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Dirceu Dalben?

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Gilmaci Santos?

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Favorável, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota, deputado Carlos Giannazi?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Abstenção.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota deputada Leci Brandão?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Favorável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, quanto deu? Seis a três. Por seis votos a três... Não, seis e uma abstenção. O item 14 – para deliberação – da pauta foi pedida vista pelo deputado Roberto Engler, e eu vou pedir conjunta, deputado Giannazi. O item 15 é um requerimento da Comissão de Educação e Cultura, nº 29, de 2029, de autoria do deputado Douglas Garcia; requer convite, para comparecer à Comissão de Educação e Cultura, aos representantes da Google Brasil, com o objetivo de prestar esclarecimento sobre a remoção indevida do documentário “1964 – O Brasil Entre Armas e Livros” do YouTube, em descumprimento de decisão judicial. Eu vou pedir vista disso aqui.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não seria razoável já tentar votar esse item e tirá-lo da pauta? Eu imagino que boa parte dos deputados aqui também são contrários a esse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Mas imaginar é uma coisa; a gente pode deliberar para outro, tá? Vou pedir vista, eu tenho direito, regimentalmente eu tenho direito de pedir vista, deputado.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu não votei, eu tenho o direito. Pois não.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pedir vista conjunta, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Põe junto, por favor. Acatado. É regimental o pedido de Vossa Excelência. No item 16 o deputado Dirceu Dalben pediu vista, e eu também peço conjunta. Para ciência...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu gostaria de pedir para dar como lidos os itens para ciência.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O.k. Tem algum deputado que vete? Não? Eu tenho um ponto para resolver com os senhores que é o seguinte, sobre a data da nossa reunião: nós marcamos às segundas-feiras às 14h30, aí o presidente marcou Colégio de Líderes também às segundas-feiras às 14h30. Então eu pergunto para os senhores: a gente mantém na segunda-feira ou joga para terça-feira às dez horas da manhã?

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Quem está falando? É a deputada Valeria? Pois não, deputada.

Verba Editorial Ltda.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu realmente prefiro que seja na terça-feira, porque segunda-feira nesse horário eu já tenho compromisso com (Ininteligível.) difícil. Não era esse horário, não é? Foi colocado assim. Então, se a gente pudesse trocar, eu agradeceria muito a compreensão de todos. Na terça-feira, para mim, qualquer horário, manhã ou tarde, é tranquilo, mas na segunda-feira é muito complicado. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu que agradeço, deputada. Mais alguém quer fazer uso da palavra ou opinar sobre a mudança da data?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputada Leci.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Eu sigo no mesmo ponto da deputada Valeria. Bolsonaro, tá? Mesma coisa.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está bom então.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Oi, pois não, deputado Roberto Engler.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Eu só gostaria de – não tenho nada para mudar de segunda para terça, então atender as duas deputadas, eu acho importante isso – pedir para manter esse horário das dez da manhã, que é mais saudável.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu acho saudável também. Mais algum...

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Deputada Bebel.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, querido, fale.

O SR. DIRCEU DALBEN - PL - Eu só queria levantar uma questão: também não tenho dificuldade nenhuma de mudar o horário ou dia de semana, só preciso que a assessoria da Presidência verifique as outras comissões, porque parece-me que terça-feira, nós, que somos membros de outras comissões – Daniel José, eu, acho que o Gilmaci, que somos da Comissão de Finanças e Orçamento, e de Meio Ambiente – temos outras reuniões. Precisava ver se nesse horário já não estão marcadas essas reuniões, senão prejudicaria a nossa presença, mas, da minha parte, atendo tranquilamente, nem que seja o caso de pedir para o substituto participar da reunião da Comissão de Educação. É só para atentar, porque outros deputados também podem ter essa incompatibilidade de horário.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está bom, deputado, eu acho que é uma boa sugestão para a gente não errar e permitir que todos participem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, Professora Bebel.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, querido deputado Carlão Pignatari.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Eu não sou da Comissão, mas só para colaborar, eu acredito que o presidente Cauê só vai marcar nesse mês de junho as reuniões às segundas-feiras, do Colégio de Líderes, pelo menos foi isso que eu entendi. Só para não conflitar.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então, porque se ficar de manhã, Carlão, mesmo que ele mude, ele vai jogar para a tarde na terça, e nós já fazemos isso um pouco. Se der certo essa mudança, porque eu também vou ter que ouvir o deputado Bruno Ganem, que não está aqui, e outros deputados que não estão.

Verba Editorial Ltda.

Depois a gente, no grupo, vai tentar acertar, entendeu? Mas a gente vai ter esse cuidado sim. De qualquer maneira, às terças-feiras a gente já a tem Comissão e corre para o Colégio de líderes.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela parte da manhã geralmente não tem comissão. É um bom horário, o Engler falou bem isso, é um bom horário para fazer isso. Se conseguisse implementar o hábito, enquanto for virtual, a parte da manhã é muito melhor para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É isso. Que prazer ter o senhor na nossa Comissão, deputado. Pessoal, ficamos com esse indicativo então? Eu terei o cuidado de ouvir os demais, claro, e a gente então tocar, pode ser? Vocês me dão esta autorização?

Então, está encerrada a nossa reunião da Comissão de Educação de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *